

HISTÓRIA, EDUCAÇÃO, CULTURA E A CONSTRUÇÃO DO COTIDIANO NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA NO SÉCULO XXI: AVANÇOS E RECUOS

Francisco Jeimes de Oliveira Paiva¹
Antonio Edson Sales da Silva²

Resumo: Este artigo tem como objeto de análise a formação histórica e sociocultural do Movimento dos Sem-Terra, um dos mais significativos movimentos sociais da atualidade em nosso país. De posse das ideias pedagógicas do educador brasileiro Paulo Freire e à luz dos pressupostos teóricos dos marxistas ingleses Eduardo P. Thompson e Raymond Williams nos propomos, na perspectiva da história social, conhecer um pouco das lutas do MST no campo e seu percurso histórico permeado por algumas conquistas e desafios, avanços e recuos. Apreende-se, pois, que a importância da história social e da cultura, forjadas como práticas cotidianas e de histórias de vida do Movimento dos Sem Terra, se manifesta ao longo do tempo e de sua trajetória desde os primórdios de sua formação. Conclui-se que as experiências adquiridas pelos embates desafiadores travados em seu campo de ação, proporcionam ao MST a coragem e a força de lutar para superar os limites de uma sociedade marcadamente conservadora e excludente. Em dado momento de nossas tensões e conflitos sociais de lutas e protestos contra alguns governos de nosso país, o MST se apresentou e se apresenta, em vários momentos de nossa história, alinhado ao processo de lutas mais gerais da classe trabalhadora.

Palavras-chave: MST. História. Educação. Cultura. Sociedade. Cotidiano.

Considerações iniciais

A história das sociedades humanas se configura, ao longo do tempo, permeada por realidades econômicas, culturais e relações políticas de poder e o conhecimento desses processos nos reclama um posicionamento crítico-reflexivo diante das injustiças e nos possibilita a melhor compreender como e por que determinados agentes sociais atuam, politicamente, com objetivos de superar as injustiças, visando

¹ Aluno do Mestrado Interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em História e Letras na Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC), da Universidade Estadual do Ceará (2017). Contato: gjeimesraulino@yahoo.com.br

² Aluno do Mestrado Interdisciplinar em História e Letras pela Universidade Estadual do Ceará/Feclesc. Especialista em Metodologia do ensino fundamental e médio pela Universidade Estadual do Ceará, Brasil(1999). Graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará/Fafidam (1992). Atualmente é professor efetivo da Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará. Tem experiência na área de História e Filosofia, com ênfase em História geral e Ensino de Filosofia. edson.sales@yahoo.com.br

à transformação da sociedade, colocando-a em novas bases culturais, éticas e humanitárias que priorizem a emancipação humana.

No atual contexto histórico, o Brasil atual se inclui como um país que, pela sua dimensão territorial e por seu enorme contingente populacional, situa-se entre as maiores nações do mundo. Segundo, pois, dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2015 ultrapassamos a cifra dos 204 milhões de habitantes. Entretanto, a extensão do território de mais de 08 milhões e meio de km² não beneficia a maioria do seu povo. Existe, em nosso país, um enorme contingente de famílias sem terras que precisam e querem trabalhar e produzir.

Com uma extremada concentração fundiária em posse de uma minoria social e economicamente privilegiada, essa realidade não pode, contudo, interditar o acesso à terra e o nosso país não pode prescindir da função social que a terra deve exercer no processo de construção dos direitos humanos básicos de cidadania, particularmente o homem do campo, o agricultor sem-terra.

Por isso, ao integrar-se nos movimentos sociais, o camponês reivindica por mudanças na estrutura agrária brasileira e busca aprofundar radicalmente a democracia pugnando por melhores condições materiais de existência e respeito à dignidade humana que foram e são sufocadas pelo desemprego e supressão dos direitos sociais e trabalhistas, através de políticas executadas por governos que se orientam pelo receituário do neoliberalismo.

Na injusta realidade social brasileira, expressa na antidemocrática concentração de riqueza e ampliação da pobreza, se destaca um dos movimentos sociais de repercussão nacional, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, que luta cotidianamente por mutações socioculturais através da práxis político-pedagógica, de conscientização na luta pela terra, trabalho, educação e reforma agrária.

Pautado, inicialmente, na luta pela reforma agrária, o MST nasceu das lutas concretas desenvolvidas de forma isolada no campo e esse processo de lutas localizadas deu-se, principalmente, na região sul do país. A concentração da terra, a modernização da agricultura capitalista e o êxodo rural, que denotam as contradições existentes no campo brasileiro, são fatores que motivam a articulação e estruturação do Movimento Sem Terra, tendo como matriz o Acampamento da Encruzilhada

Natalino, em Ronda Alta-RS e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Paraná (Master).

Do ponto de vista histórico, os movimentos sociais de luta pela terra não são um fenômeno novo no Brasil. São, isto sim, a continuidade das lutas dos trabalhadores rurais contra o latifúndio, a fome e a miséria que assolam o campo desde os primórdios de nossa história. Marcadas por avanços e recuos, por percalços políticos e interesses contraditórios vigentes na histórica luta de classes entre capital e trabalho no Brasil, não é, sem razão, que as lutas dos movimentos sociais são retomadas a partir de 1979, no período de distensão e abertura do Regime Militar.

Nesse sentido, a conjuntura econômica dos anos 1970, a ação das Pastorais Sociais, a Abertura Política, as greves do ABC, a Lei da Anistia em 1979 e as contradições intrínsecas ao capitalismo apressaram o fim da Ditadura Militar. Com o lema “terra pra quem nela trabalha”, o MST se afirmava em 1984 e lutava contra o militarismo ao mobilizar-se em ocupações tóxicas. Assim, o MST se afirma como movimento ao realizar, em janeiro de 1984, o 1º Encontro Nacional de Fundação do Movimento, na cidade de Cascavel, interior do Paraná.

Com o fim da Ditadura em 1985 e o advento da Nova república, o MST redimensiona o conceito de democracia ao expressar as palavras de ordem: “sem reforma agrária não há democracia”, pois, para os Sem Terra, a democracia não se restringe ao aspecto político, mas ultrapassa-o e adentra os aspectos socioculturais e econômicos.

Educação, cultura e sociedade: embates e discussões na construção cotidiana do MST

No contexto histórico-social humano, são inegáveis os liames intrínsecos e dialéticos entre educação, cultura e sociedade. Há, portanto, concepções diversas de cultura, educação e cada sociedade ou comunidade desenvolve seus sistemas próprios de educação e cultura, de modelos de organização política no tempo e espaços sociais contraditórios. Em qualquer ambiente político e social, em quaisquer períodos históricos das relações humanas, a educação acontece como uma realidade à qual ninguém pode fugir.

Há sempre um lugar para aprender, pensar e saber fazer e o Movimento dos Sem Terra ampliou nos assentamentos sua agenda política da reforma agrária ao abrir espaços culturais e educativos com claros objetivos à formação de cidadãos conscientes que pensam e questionam a realidade do país. E não só isso. Que lutam, também, por fazer as mudanças reclamadas pelos excluídos do processo produtivo da renda nacional.

Na luta por uma sociedade mais justa, nas propostas do MST estão presentes a educação e a cultura, pressupostos indispensáveis à conquista da liberdade humana. A educação e a cultura são instrumentos que nos conduzem ao caminho da emancipação das consciências e ter essa compreensão é importante para uma postura crítica e transformadora da realidade social, econômica e política de qualquer sociedade.

Assim, a reflexão político-filosófica do papel da educação do papel da educação e da cultura no espaço contraditório das relações sociais, leva-nos a tomar posição por uma educação e cultura livres dos entraves ideológicos das classes dominantes e hegemônicas. Uma educação construída sob o ponto de vista das elites dominantes, resulta, daí, uma educação alienante. Freire (1998, p.111) afirma: “do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvida de que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades”.

Portanto, ao romper com a lógica de uma educação conservadora e alienante sobre a qual nos alerta Freire (1998), o Movimento dos Sem-Terra prima por uma educação consciente da radicalidade do não acostumar-se com a negação da cidadania, do não acostumar-se “à negação do direito de ser mais” (FREIRE, 1998, p.84). Percebe-se, nesse sentido, que a educação e a cultura se mesclam ao projeto político-pedagógico do MST vinculadas organicamente ao processo de transformação cultural do seu “fazer-se” enquanto agente coletivo da mudança e a educação pode ser, concomitantemente, um processo de produção e socialização da cultura e do conhecimento, ou seja, nas relações humanas.

Dessa forma, no bojo dessas relações humanas pautadas pela formação cultural e histórico-social de vida, o MST se afirma como classe ao “fazer-se” enquanto tal no contexto mais geral de suas lutas travadas no seio da sociedade capitalista brasileira. Com isso, na perspectiva do processo histórico-social vinculado à dinâmica de lutas do MST que se constitui como classe ao “fazer-se” e como “um fenômeno histórico”,

podemos entender o movimento dos sem-terra como uma entidade conectada a um conjunto de eventos e relações humanas vividos pela “experiência” e instaurados na “consciência”.

Neste sentido afirma Thompson (2004, p.9): “Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas.” Assim, Thompson não visualiza a concepção de classe como algo já pronto, como “estrutura” ou “categoria” organicamente construída e planejada. Ao contrário, a classe se constitui “como uma formação social e cultural” ao “fazer-se” no cotidiano das relações humanas e “durante um considerável período histórico” (THOMPSON, 2004, P.12). É, portanto, nessa perspectiva que compreendemos o processo histórico do MST e de sua afirmação como classe de acordo com a acepção elencada pelo pensador e historiador inglês.

Ademais, os eventos históricos vivenciados cotidianamente pelo Movimento dos Sem Terra, demarcam, além de sua trajetória social, sua experiência cultural que constitui, a meu ver, sua plausibilidade mediante observações de nuances, formas típicas de projeção da realidade e de experiências de vida dos agentes sociais no tempo histórico das relações de produção. Nessa perspectiva, as relações humanas se contextualizam e se constituem como práticas culturais concretas e dinâmicas, conectadas aos processos de formação social, identificadas em “consciências e experiências de classe”, de acordo com Thompson (2004, p.10):

A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais.

Ora, sabemos que a dinâmica da sociedade que se constitui como fenômeno histórico, se pauta pelas relações desenvolvidas em seu seio, fato que se configura aos homens o “fazer-se” a partir de sua condição de classe, dado que “a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição” (THOMPSON, 2004). Dessa forma, Thompson busca uma identidade substancial do trabalhador no bojo de suas relações sociais e assim defini-lo como membro de uma classe enquanto sujeito de sua própria história, sem o quê, em sua

visão, não existe classe, “mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências” (2004, p.12).

Nessa perspectiva e na compreensão de Thompson a respeito de classe como fenômeno histórico e não como uma categoria social, busca-se analisar o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), como uma classe que se faz no interior de suas lutas e experiências cotidianas. A sua condição de classe realiza-se ao “fazer-se” histórica e intrinsecamente ligada ao processo de sua origem e formação sociocultural, de suas experiências compartilhadas com outros movimentos de classe e cujas experiências de vida se assemelham.

Ao analisar a cultura como uma manifestação da base econômica relativa aos processos das formações sociais, de cunho determinista, mas, ao mesmo tempo flexível, pela multiplicidade de sujeitos, deve-se considerar que, a toda formação social basilar, alia-se uma superestrutura correspondente, permeada por relações humanas com múltiplas representações culturais que nos conduz, também e inevitavelmente, a uma análise do cotidiano mental e experiências culturais do Movimento dos Sem Terra (MST), ancorada no marxismo cultural de Raymond Williams.

Pelo menos no que diz respeito à sua condição de classes subalternas, os trabalhadores, em geral, são explorados em sua força de trabalho pela sociedade capitalista, tanto na cidade, quanto no campo. E isto, ou seja, essa condição de classes subalternas e massas exploradas os tornam semelhantes, tanto como “classe”, no sentido de “fenômeno histórico” (THOMPSON, 2004) quanto relacionado aos condicionamentos culturais, ideológicos e sentimentais (WILLIAMS, 2011) que pode ser diferente na forma, mas o conteúdo é o mesmo, isto é, em “fazer-se” classe por si e para si.

Contextualização histórico-social do MST

As novas experiências no mundo do trabalho, com o advento da Revolução Industrial e, no seu bojo, as lutas históricas dos trabalhadores iniciadas em outra dimensão, isto é, urbana e não rural, tem seus marcos fincados nas revoluções de 1848, na Primavera dos Povos e, principalmente, nos movimentos socialistas dos trabalhadores, mais visivelmente após o Manifesto Comunista de Marx e Engels. A

partir desse momento histórico, o movimento operário se fortalece como classe e constrói, durante os séculos XX e XXI, na expressão de Thompson, o seu “fazer-se”.

No entanto, com a reformulação do capitalismo global no final do século XX e início do XXI, o sujeito histórico thompsoniano, isto é, a classe operária, perde a centralidade do seu “fazer-se” e o mundo do trabalho se apresenta deslocado de sua gênese, permeado por um oceano de incertezas políticas e caos econômico.

Com a crise estrutural do capitalismo agravada no último quartel do século XX e início do XXI, os processos políticos e econômicos de relações de poder foram mundialmente alterados, demarcando, sobretudo, os limites históricos da democracia burguesa e que refletem, destarte, na desconstrução do *welfare state* em diversas sociedades ditas avançadas, como a Europa e os Estados Unidos, por exemplo. Mas, nesse sentido, também se refletem em países de capitalismo tardio, ou seja, aqueles situados no sistema periférico do capitalismo avançado.

Na verdade, a crise do capitalismo contemporâneo, que já apresentava sinais de regressão desde a crise do petróleo na década de 1970, levou consigo sólidas economias à derrocada e colocou em péssimas condições sociais o mundo do trabalho com o fantasma do desemprego, redução dos direitos trabalhistas e mudanças nos regimes de aposentadoria. Essas medidas, como sabemos, implementadas por Ronald Reagan e Margareth Thatcher, atingem diretamente aos trabalhadores, maiores vítimas do ajuste neoliberal e desmonte do Estado. Em 1990 o Consenso de Washington ampliou e aprofundou as políticas neoliberais para salvaguardar os lucros do capital em crise.

Em 2008 o mundo sofre o corolário de uma crise hipotecária de financiamento de imóveis iniciada nos Estados Unidos. Como que obedecendo a uma lógica de crise estrutural do capital, o sistema financeiro de capital especulativo causa um processo de estagnação global da economia e põe em xeque a autonomia desregulada do mercado financeiro.

Dessa forma, o Brasil, que tem um histórico marcado por contradições desde os tempos coloniais e imperiais, também sofre as consequências de um modelo econômico, político, social e culturalmente excludente que culmina, na contemporaneidade republicana, nos limites impostos pela democracia burguesa do capital em crise, tanto nacional quanto internacional.

Num passado não muito distante, os limites da nossa democracia foram demarcados pelas oligarquias, cujo poder, calcado nas relações do mandonismo de bases agrárias, fora abalado em suas frágeis estruturas com a denominada Revolução de 1930, momento de supressão das velhas oligarquias de fazendeiros, chefes políticos regionais e locais, os poderosos coronéis que controlavam o nosso país de norte a sul.

Com a Revolução de 30 e a chegada de setores das classes médias, o governo passa a desenvolver o projeto de modernização da sociedade brasileira. A educação foi estimulada e o fato mais importante foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo governo provisório de Getúlio Vargas, com claros objetivos de reduzir o analfabetismo que ultrapassavam 60% da população em idade escolar (TEIXEIRA,1993, p.32). Essa realidade social cerceava, consideravelmente, os direitos básicos indispensáveis à prática da cidadania e ao processo de emancipação humana.

A partir do Governo Vargas, com notáveis avanços e injustificáveis recuos, a educação pública se constituiu num marco importante para o caminho da modernização do país e de suas estruturas produtivas. O mundo do trabalho, na perspectiva da educação, também sofreu implicações que modificaram visões de interesses, visto que, a partir de então, aos trabalhadores foram exigidas melhores qualificações para atender às demandas de empresas que foram criadas e outras que se instalaram no Brasil e a escolarização se não era o único, era, porém, o melhor meio de se alcançar tais objetivos.

No entanto, com o fim do Estado Novo ditatorial de Vargas, em 1945, se instaurou no país um breve período democrático, de 1946 a 1964. Organizações e partidos políticos como o PCB, por exemplo, saíram da clandestinidade e passaram a atuar ativamente na vida política do país e os movimentos sociais, como as Ligas Camponesas (embrião do que será, em tempos posteriores, o Movimento dos Sem Terra), defendiam o plano de execução da reforma agrária “na lei ou na marra”. A luta pela terra retoma sua trajetória e coloca na agenda do debate nacional a questão agrária no Brasil, sob a liderança do deputado e advogado pernambucano Francisco Julião.

Com o fim das liberdades democráticas e a implantação da ditadura militar em 1964, as lutas dos movimentos sociais arrefeceram, primordialmente a partir de 1968, quando o Ato Institucional número cinco (AI-5), foi decretado pelo então presidente

Costa e Silva. O regime embruteceu em suas ações e os seus opositores reagiram, adentrando o caminho da luta armada em guerrilhas urbana e rural.

Origem histórica do MST: alguns apontamentos à luz da história social

Passados os anos de chumbo e com a redemocratização do país, a bandeira da reforma agrária é retomada pelo principal movimento social do Brasil na atualidade: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ou simplesmente MST. Surgido em 1984 e consciente de sua condição de classe, o MST se afirma em suas lutas cotidianas a partir de princípios norteadores de suas ações no campo. “Ocupar, produzir e resistir”, constituem os fundamentos importantes em sua luta pela terra.

Nesse sentido, o Movimento dos Sem Terra constrói sua consciência de classe no cotidiano de suas lutas, no bojo do processo político e social, isto é, no interior das lutas de classe, como nos atesta Vendramini (2000, p.34): “Só se pode falar em consciência na luta de classes, em política, a qual se forja nas lutas sociais, pela ação coletiva, implicando uma organização que seja a portadora de uma ideologia própria.”

Com isso, percebe-se que, ao longo de sua existência, o Movimento dos Sem Terra constrói o seu “fazer-se”, mas sempre marcado pela utopia de um projeto cultural transformador e emancipacionista a partir das “estruturas de sentimento” de classe e de sua consciência social. Raymond Williams (2011, p.32) nos diz que

o fundamento dessa abordagem é a crença em toda a atividade humana como uma tentativa de oferecer uma resposta expressiva a uma situação objetiva particular. Quem oferece essa resposta? De acordo com Goldmann, nem o indivíduo nem qualquer outro grupo abstrato, mas indivíduos em relações sociais reais e coletivas.

Ou seja, as estruturas que compõem as formações humanas, “não são criadas individualmente, mas coletivamente” (WILLIAMS, 2011) e, portanto, baseadas em relações sociais. Considerando, ainda, as afirmativas de Williams no plano das ações humanas de viés transformador, convém atentar para as relações de “base e superestrutura na teoria da cultura marxista” para não cairmos no abismo “do determinismo de explicações idealistas e teológicas do mundo e do homem” (WILLIAMS, 2011, p.44).

A base não reflete, necessariamente, e de forma mecânica, os processos ideológicos superestruturais. Há uma base, é certo, mas a superestrutura decorrente dessa base, não deve ser analisada como uma lei positivista de reprodução estanque e fiel, assim como nos afirma o historiador Tayrone Cândido³ em uma exposição intelectual: “Existem, entre a base e a superestrutura, nuances, mediações, formações culturais diferentes, não significando, portanto, que a superestrutura seja uma reprodução fiel da base”.

Não entrando no mérito da discussão teológico-religiosa acima exposta e que não cabe neste artigo, podemos afirmar que o MST, como grupo social vivendo experiências comuns de sociabilidade, configura-se como uma “classe” que questiona a concentração da propriedade da terra ao defender a reforma agrária (“relações de produção”) e detém uma visão de mundo constituída de uma mística religiosa, de uma educação libertadora e de ideais socialistas (“tradições, sistema de valores, ideias e formas institucionais”) que se constituem, em síntese, como elementos de sua formação sociocultural. Essas “experiências de classe”, vividas cotidianamente pelo Movimento dos Sem Terra, se conectam, a meu ver, aos elementos definidores de sua “consciência de classe”. Daí o fato de Thompson (2004, p.9) afirmar que “por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência”.

É em função dessa característica de classe como um fenômeno histórico elencada por Thompson, que ele, no prefácio de sua obra A formação da classe operária inglesa, afirma: “não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas” (THOMPSON, 2004, p.9). Foi nessa linha de raciocínio que o professor Tayrone Cândido sublinhou que “são as experiências, que definem, em Thompson, o conceito, a ideia de classe.”⁴

Como expressão concreta dessas experiências na realidade social brasileira, conjugadas ao conjunto de tradições e “experiências de classe” das lutas camponesas em prol da reforma agrária, é que surge como “fenômeno histórico,” o Movimento dos

³ Nota de aula, da disciplina História Social e Literatura, 2017.

⁴ Nota de aula, da disciplina História Social e Literatura, 2017.

Sem-Terra no meio rural brasileiro. De posse dessa experiência de classe, os trabalhadores rurais, atrelados ao MST, construirão sua consciência de classe.

A origem do MST como movimento social e expressão de interesses comuns aos trabalhadores em geral, remonta a 1985 quando aconteceram os primeiros encontros de camponeses no período pós ditadura. Desses encontros que, posteriormente foram transformados em Congressos, surgiu o mais importante movimento da classe camponesa brasileira. Tendo como bandeira de luta a reforma agrária, o MST é hoje, visto e admirado por vários setores da intelectualidade de esquerda brasileira e mundial, como um importante instrumento de luta pela emancipação humana e democratização da sociedade brasileira. Dentre os estrangeiros, podemos citar: James Petras, Noam Chomsky, Boaventura de Souza Santos, István Mészáros.

O MST representa, enfim, um movimento de luta que acredita na capacidade humana de superar as contradições sociais e recriar, numa postura radical e epistemológica, “as categorias democracia e cidadania como valores universais”, como nos afirma Ivo Tonet (2005, p.16) e colocá-las como bases estratégicas de enfrentamento das forças conservadoras da sociedade capitalista. É esta perspectiva de transformação que permeia o processo de lutas do MST como classe, no contexto da realidade social brasileira.

Como nos lembra Raymond Williams, as “relações culturais e práticas sociais”, isto é, as relações e trocas culturais entre os sujeitos históricos, são objeto de estudos de sociólogos e historiadores culturais, justapostos às ideias práticas de mudanças ou permanências, não só culturais ou ideológicas como, também, sociais. Williams (2000) assim afirma:

O que o sociólogo cultural ou o historiador cultural estudam são as práticas sociais e as práticas culturais que produzem não “só uma cultura” ou “uma ideologia” mas coisa muito mais significativa, aqueles modos de ser e aquelas obras dinâmicas e concretas em cujo interior não há apenas continuidades e determinações constantes, mas também tensões, conflitos, resoluções e irresoluções, inovações e mudanças reais (WILLIAMS, 2000, p.29).

Com efeito, a proposição de Williams dialoga com os pressupostos de Thompson no que diz respeito aos elementos constitutivos dos processos históricos de vivências coletivas socioculturais forjadores da consciência de classe e estrutura cultural,

permeados por situações de conflitos e tensões, comuns aos que vivem sua própria história, isto é, os sujeitos históricos.

Em outras palavras, as estruturas das formações socioculturais inter-relacionam-se, dialeticamente, em “cultura dominante”, ligada ao presente; “cultura residual”, ligada ao passado; e “cultura emergente”, ligada ao futuro (WILLIAMS, 2011, pp.54 a 57). Portanto, nas realidades da experiência de classe e da consciência de classe, esses conceitos culturais se imbricam, dialeticamente, na base e na superestrutura das múltiplas formações sociais e culturais.

Considerações finais

Assim, todos esses elementos históricos da cultura humana se fazem presentes nos espaços de sociabilidade do Movimento dos Sem Terra, como *conditio sine qua non* para afirmação do MST como instrumento de luta e transformação da sociedade brasileira e da realidade do campo em nosso país, sempre em direção a um futuro melhor e mais promissor.

Mesmo que, nestes últimos anos, tenha havido um refluxo do Movimento dos Sem Terra, é notória sua importância no campo da luta social pela reforma agrária, democratização da sociedade brasileira e por mais educação, em suma, por mais cidadania. No seu “fazer-se” como classe cotidianamente construída e mesmo criminalizado pelas elites conservadoras e seu aparato midiático, o MST se constituiu e se constitui até hoje, em pleno século XXI, como um movimento predisposto a revolucionar as estruturas agrárias do mandonismo no campo e as estruturas políticas regressistas do Brasil.

É este, no essencial, o projeto de emancipação humana defendido em acampamentos e assentamentos de reforma agrária do MST espalhados por todo o país. Ao “fazer-se” enquanto movimento social e como classe, em pleno século XXI, o MST se constitui, sem embargo, como um fenômeno histórico de grande alcance sócio-político que perpassa a história social brasileira, disposto a transpor os limites estorvadores da emancipação humana, no sentido de uma sociedade mais justa. Foi com essa visão que Marx encerrou o texto do Manifesto Comunista, em 1848, convocando a todos os trabalhadores do mundo a se unirem.

A importância da história social e da cultura, forjadas como práticas cotidianas e de histórias de vida do Movimento dos Sem Terra, se manifesta ao longo do tempo e de sua trajetória desde os primórdios de sua formação. As experiências adquiridas pelos embates desafiadores travados em seu campo de ação, proporcionam ao MST a coragem e a força de lutar para superar os limites de uma sociedade marcadamente conservadora e excludente. Em dado momento de nossas tensões e conflitos sociais de lutas e protestos contra alguns governos de nosso país, o MST se apresentou e se apresenta, em vários momentos de nossa história, alinhado ao processo de lutas mais gerais da classe trabalhadora. Como exemplo, os recentes protestos do MST contra as medidas arbitrárias e reacionárias do governo golpista de Michel Temer.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo, Paz e Terra, 2010.

TEIXEIRA, Francisco M. P. **História do Brasil contemporâneo**. São Paulo. Ática, 1993.

THOMPSON, Eduardo P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. 4 ed. São Paulo. Paz e Terra, 2004.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo, Editora Unesp, 2011.

_____. **Cultura**, 2.ed. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí. Unijuí, 2005.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Terra, trabalho e educação: experiências sócioeducativas em assentamentos do MST**. Ijuí. Unijuí, 2000.